



## destaques do mês

### **Nova linha de transmissão de energia no Norte entra em operação**

Após quatro anos de obras, entrou em operação a linha de transmissão Tucuruí-Macapá-Manaus, que encerra o isolamento energético das duas capitais e deve se traduzir em alívio para o bolso de todos os brasileiros. Com 1,8 mil km de extensão, o trecho da linha entre Tucuruí, no Pará, e Manaus, no Amazonas, foi energizada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Já este ano, a economia com a redução do consumo de diesel por térmicas na Região deverá ser de R\$ 1,9 bilhão. Conhecido no mercado como Linhão de Tucuruí, o sistema foi licitado em 2009 e as primeiras torres de transmissão instaladas em 2011. Seu início de operações põe fim ao sistema isolado de Manaus, que era abastecido por usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis e com custo subsidiado por todos os consumidores de energia brasileiros. No ano passado, o País gastou R\$ 4,7 bilhões com o subsídio à geração de energia em sistemas isolados. Para este ano, já considerando o início das operações do Linhão, a conta cai para R\$ 2,8 bilhões. A tendência, segundo especialistas, é de queda nos próximos anos, uma vez que o cálculo de 2013 considera Manaus isolada por seis meses. Com a conexão de Manaus ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o Plano Anual de Operação dos Sistemas Isolados da Eletrobras prevê a desativação este ano de quatro térmicas movidas a óleo. A tendência é que novas usinas sejam desligadas nos próximos anos, de acordo com a evolução da capacidade do Linhão de Tucuruí e do vencimento de contratos. (11/07/2013 – Brasil Econômico)

### **Metade das obras em aeroportos da Copa está atrasada**

A menos de um ano da Copa de 2014, metade das obras programadas para os aeroportos que servirão à competição a partir de junho estão em estágio inicial ou ainda não foram iniciadas. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, dez obras não alcançaram 30% da execução. A lentidão afeta sobretudo capitais que sediarão o evento: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Cuiabá, Fortaleza, Curitiba e Natal. Seis dos casos graves são coordenados pela Infraero. Em Confins (MG) há três obras previstas, porém a mais adiantada delas, a ampliação do terminal de passageiros, está com 26% executada. Já a construção de um novo terminal foi suspensa após o TCU vetar o reajuste dos preços mínimos da concorrência. Em Porto Alegre (RS), a maior parte das obras de ampliação do terminal, do pátio e da pista não começou. Pouco das expansões planejadas para Cuiabá (18%), Fortaleza (27%), Rio (22%) e Curitiba foi executado. (01/08/2013 - Folha de São Paulo)

## painel

### **■ Resultado preliminar da Audiência Pública 085/2012 está disponível para consulta**

A ANEEL divulgou em seu portal na internet o resultado preliminar da Audiência Pública nº 085/2012, que discutiu a metodologia para comprovação do atendimento aos critérios de elegibilidade à concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE pelas concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Para mais informações acesse: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

### **■ ANEEL abre duas audiências para aperfeiçoar regulamentos**

Em sua reunião pública realizada no dia 23 de julho, a Diretoria da ANEEL deliberou submeter à participação pública propostas de alterações em regulamentos sobre a contratação de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e sobre os procedimentos de reembolso do ICMS e do PIS/PASEP e COFINS pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Para mais informações acesse: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

## **Ministério dos Transportes aprova Plano de Outorga do Trecho Ferroviário Açailândia (MA) e Barcarena (PA)**

O Ministério dos Transportes aprovou o Plano de Outorga do Trecho Ferroviário Açailândia (MA) e Barcarena (PA), apresentado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A ligação ferroviária de 457 quilômetros será a primeira a ser concedida à iniciativa privada pelo Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal. O trecho, que abrange 11 municípios dos Estados do Maranhão e Pará, deve receber investimentos de R\$ 3,3 bilhões e vai interligar a Ferrovia Norte-Sul ao Porto de Vila do Conde, em Barcarena. A ligação servirá para o escoamento de grãos, minério de ferro e bauxita. O edital de concessão do trecho deve ser publicado em 19 de agosto e o leilão deve ocorrer em 18 de outubro. (15/07/2013 – Estadão)

## **Valec vai comprar R\$ 410 milhões em trilhos para Ferrovia Norte-Sul**

A Valec marcou para o dia 9 setembro o pregão para compra de 95,4 mil toneladas de trilhos para concluir a extensão sul da Ferrovia Norte-Sul, no trecho entre as cidades de Ouro Verde, em Goiás, e Estrela D'Oeste, em São Paulo. A licitação foi dividida em três lotes e as empresas interessadas deverão entregar suas propostas e habilitações até 2 de setembro. O valor estimado para cada lote é de R\$ 137 milhões, somando cerca de R\$ 411 milhões. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global por cada lote. O prazo para entrega total de cada lote é de nove meses. A previsão da Valec é assinar os contratos até meados de outubro. Uma segunda licitação será realizada pela Estatal ainda neste segundo semestre, para aquisição dos trilhos que serão utilizados na construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), prevista para ligar a cidade de Ilhéus (BA) até Figueirópolis (TO). Desde o início do ano, a Valec enfrenta enorme dificuldade para realizar a licitação dos trilhos por conta de questionamentos jurídicos e do Tribunal de Contas da União (TCU). (19/07/2013 – Valor Econômico)

## **Governo muda regra de leilão de aeroportos**

Para evitar o risco de o leilão dos aeroportos do Galeão (RJ) e de Confins (MG) ser paralisado pela Justiça, o Governo recuou e vai aceitar lances dos vencedores da etapa anterior, que envolveu os aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP) e Brasília (DF). O grupo é composto principalmente por fundos de pensão e construtoras. Eles poderão, individualmente ou em grupo, ficar com até 15% da parte privada das novas concessões, segundo informou o Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Moreira Franco. A expectativa é que os dois aeroportos sejam leiloados em outubro. A regra que impedia a participação dos vencedores do leilão anterior era uma das inovações do presente edital. O Governo queria barrá-los para impedir um "monopólio privado", como informou o próprio Moreira Franco quando o primeiro esboço das regras do leilão foi divulgado, no final de maio. Porém, diante do risco de judicialização, a Advocacia-Geral da União (AGU) foi acionada e agora trabalha num ajuste do edital. Moreira Franco avalia que o limite de 15% para a participação dessas empresas será suficiente para garantir a concorrência. Ele

ressaltou que as empresas poderão ter até 15% da parte privada das concessões, que é 51% do total. Os outros 49% ficam com a Infraero. Segundo informações da área técnica, os empreendedores que já estão em Guarulhos, Viracopos e Brasília queriam poder participar do leilão para montar redes de aeroportos sob sua administração. Isso lhes daria vantagem na estruturação de seus negócios. Por outro lado, o Governo não atendeu à reivindicação dos potenciais interessados de elevar a taxa interna de retorno (TIR) de 6% para 9%, como já havia revelado a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. O Governo não abriu mão, porém, de exigir a presença, nos consórcios vencedores, de um operador internacional, que tenha administrado aeroporto com movimento mínimo de 35 milhões de passageiros por ano. A intenção é atrair tecnologia na gestão aeroportuária. As estimativas apontam para investimentos de R\$ 8,7 bilhões nos dois aeroportos que serão entregues à iniciativa privada. No leilão, será considerado vencedor quem oferecer o maior lance acima do valor mínimo da outorga, fixado em R\$ 4,6 bilhões para Galeão e R\$ 1,6 bilhão para Confins. As concessões serão de 25 e 30 anos, respectivamente. (30/07/2013 – Estado de São Paulo)

## **EPL quer elevar investimentos em logística a R\$ 100 bilhões por ano**

Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, defendeu que o patamar de investimento no setor de logística seja elevado a R\$ 100 bilhões por ano. Figueiredo informou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi responsável por ampliar o investimento em transporte para R\$ 15 bilhões ao ano. E, na avaliação do presidente da Estatal, o setor deverá receber R\$ 42 bilhões por ano com os novos investimentos do Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado no ano passado. De acordo com Figueiredo, estudos de instituições financeiras internacionais apontam um custo de R\$ 230 bilhões por ano no Brasil por conta da ineficiência do transporte brasileiro equivalente a 6% do PIB por ano. (31/07/2013 – Valor Econômico)

## **Apenas 14% dos recursos previstos para ações de saneamento básico foram utilizados**

De acordo com a ONG Contas Abertas, grande parte dos recursos locados no programa temático “Saneamento Básico” não foi utilizada. O Programa, que tem ações executadas pelos Ministérios das Cidades, Saúde e Integração Nacional, possui orçamento de R\$ 3,6 bilhões para aplicações em 2013. Entretanto, até junho, os Ministérios responsáveis só haviam conseguido desembolsar R\$ 525,8 milhões, 14% do total orçado. O Ministério das Cidades informou ao Contas Abertas que a execução das obras de saneamento básico com recursos desse Ministério é de responsabilidade dos Governos Estaduais e Municipais. Ainda de acordo com a Pasta de Cidades, o orçamento do programa também financiará as obras e serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário selecionadas neste ano, que estão em fase de contratação. Segundo o Ministério, a expectativa é de que a execução financeira das intervenções de saneamento seja intensificada no segundo semestre de 2013. (17/07/2013 – Contas Abertas)

## **Energia pode custar R\$ 9 bilhões ao Tesouro**

A decisão do Governo Federal de não antecipar os recebíveis de Itaipu para pagar as despesas com mudanças no setor elétrico terá neste ano forte impacto nas contas públicas, estimado pelo mercado em cerca de R\$ 9 bilhões. O Tesouro pagou R\$ 517 milhões em julho e deve pagar R\$ 1,2 bilhão em agosto. Até julho, o Tesouro já havia destinado R\$ 2,2 bilhões para o setor elétrico. A quantia que ainda será paga vai impactar o resultado primário do Governo. Apesar disso, a área econômica está convencida de que será possível atingir a meta de superávit ampliada pelo Governo Central de R\$ 73 bilhões. (01/08/2013 – Valor Econômico)

## **Uso de térmicas gera custo adicional de R\$ 1,2 bilhão ao Governo Federal**

O Governo Federal terá de desembolsar mais R\$ 1,2 bilhão da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para o pagamento das usinas térmicas e pela exposição das distribuidoras de energia elétrica ao mercado de curto prazo. O gasto agrava ainda mais a situação da CDE, um dos fundos do setor elétrico. O Governo não divulga os dados atualizados da movimentação financeira da CDE. Foram R\$ 2 bilhões para bancar uso das térmicas em fevereiro e março e outros R\$ 2,8 bilhões para subsídios cruzados de junho a dezembro deste ano. Em maio, o Governo transferiu R\$ 2,5 bilhões para a CDE da Reserva Global de Reversão (RGR). Pelo menos duas transferências bilionárias foram feitas em maio para concessionárias de distribuição de energia, que totalizam R\$ 4,8 bilhões. Não há informações sobre a origem desses recursos para bancar essa conta e a equipe econômica não fornece essa informação. (02.08.2013 - Estadão)

## **Ibama aponta falhas ambientais e prevê novo atraso em Belo Monte**

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, 7 das 23 exigências sociais e ambientais listadas no Plano Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte não estão sendo atendidas. Entre elas, obras de saneamento, equipamentos de saúde e educação e cadastramento da população a ser reassentada na cidade de Altamira (PA) e região. O parecer do Ibama afirma que há descompasso entre as obras de construção da usina hidrelétrica e a implementação das medidas mitigadoras e compensatórias. Ressalta também que tal descompasso poderá se refletir em atraso na emissão da licença de operação. Se a ameaça de atraso se concretizar, o Consórcio Norte Energia pode ficar impedido de encher o reservatório da usina em 2014, como previsto. Sem isso, não terá como cumprir o compromisso de acionar a primeira das 24 turbinas em fevereiro de 2015. Quando atingir plena operação, prevista para janeiro de 2019, a usina de Belo Monte terá capacidade instalada de 11 mil MW. O custo oficial da obra é de R\$ 27 bilhões. Com as várias paralisações e alterações de projeto, estima-se que deva ultrapassar R\$ 30 bilhões. O valor das compensações ambientais está fixado em R\$ 99,5 milhões. (30.07.2013 - Folha de São Paulo)

# 1. Energia Elétrica

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

### Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2017

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	2.253	2.899	3.056	3.965	3.667	15.840
Otimista	2.253	2.899	3.056	4.421	3.667	16.295

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	818	1.267	1.350	0	0	3.435
Otimista	944	1.354	1.480	650	0	4.428

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	1.566	1.790	635	0	0	3.990
Otimista	2.091	4.557	2.301	601	87	9.637

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2013	2014	2015	2016	2017	Σ
Conservador	4.636	5.956	5.041	3.965	3.667	23.265
Otimista	5.288	8.810	6.838	5.672	3.753	30.360

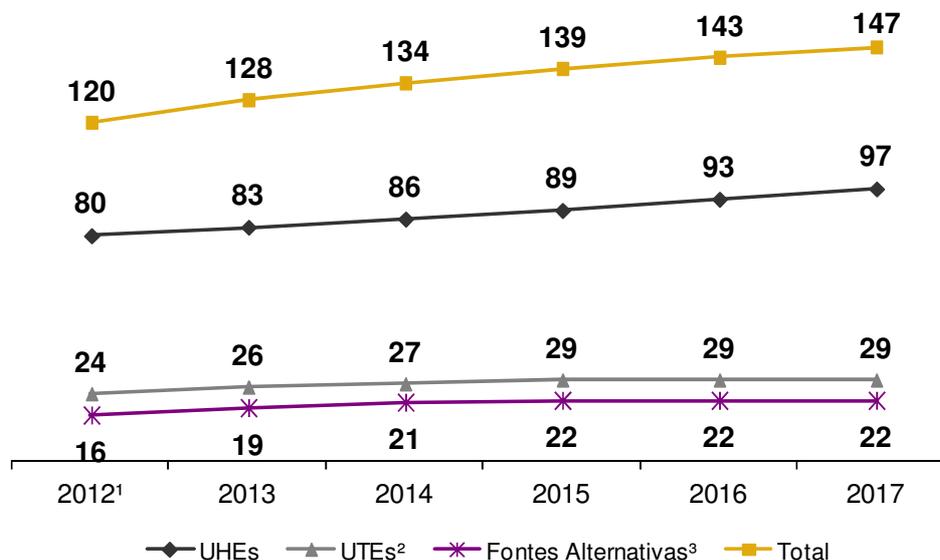
Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)  
 Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação  
 Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

\*Inclui as participantes e as não-participantes do Programa Prioritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 3,4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2017.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 30,4 mil MW no período 2013-2017. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,5% ao ano.

### Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

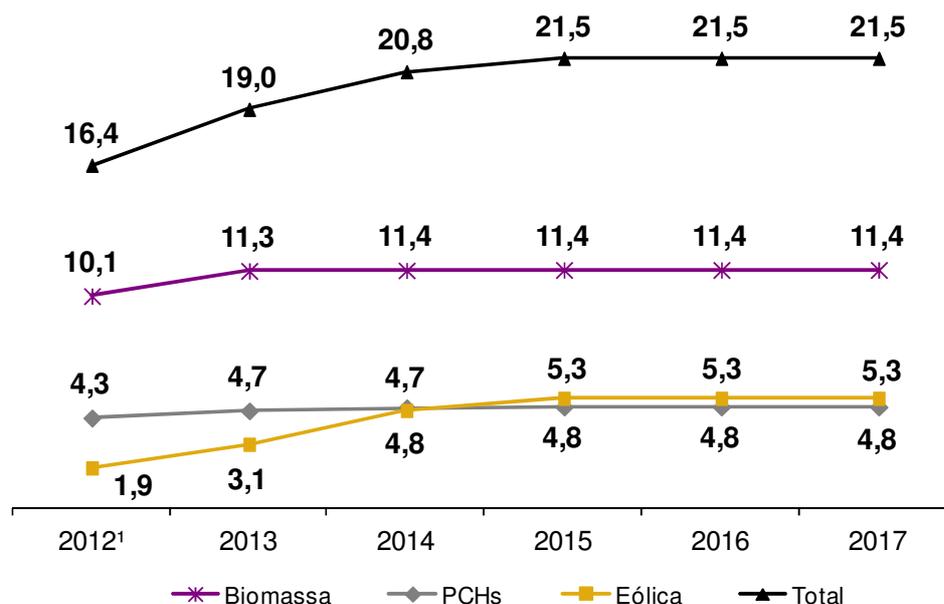
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2012.

<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

\* Exclui Centrais Nucleares.

### Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2012.

Entre 2012 e 2017, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 21% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 22% no mesmo período. Em dezembro de 2012, a participação das UHEs foi de 66% na matriz elétrica nacional e não deve sofrer alteração até 2017. A participação na capacidade total instalada das UTES deve permanecer em 20%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve reduzir de 4% para 3% em 2017.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2017, passará de 2% para 4%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2013, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 6,9% e 2,2%.

### 1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 16,3 mil MW de UHEs até 2017. Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2017, Baixo Iguaçu (PR) apresenta restrição para a contratação de 320 MW e São Roque (SC) com restrição de contratação de 135 MW. No cenário conservador, 16 mil MW devem entrar em operação até 2017.

Em relação às termelétricas, prevê-se alta capacidade para entrada em operação no cenário otimista, de 4,4 mil MW até 2017, sendo que cerca de 3,4 mil MW (78%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio conta com quinze unidades geradoras em operação comercial e cinco em fase de comissionamento (Unidades 16 a 20), com previsão de entrada em operação de forma sequencial, nas próximas semanas. A expectativa da Santo Antônio Energia é de totalizar pelo menos 24 máquinas em geração até dezembro de 2013.

Essas máquinas estão conectadas à Rede Elétrica Regional Acre/Rondônia através do sistema Back-to-Back da Subestação Coletora de Porto Velho, contando ainda com a alternativa de conexão através da subestação provisória de 465 MVA, implantada pela Santo Antônio Energia. Porém o despacho da UHE Santo Antônio está limitado à capacidade do sistema regional até a entrada em operação do Sistema de Transmissão do Madeira.

A conexão final ao sistema interligado nacional, no Subsistema Sudeste/Centro-Oeste, dependerá da entrada em operação do primeiro bipolo do Sistema de Transmissão do Madeira, em extra alta tensão. A linha de transmissão em corrente contínua em 600 kV, que faz parte do Sistema de Transmissão do Madeira, está em fase final de implantação e testes. As Subestações Conversoras de Porto Velho 1 e Araraquara 1 estão em comissionamento, junto com a Linha de Transmissão em 600 kV.

A geração comercial da primeira unidade da hidrelétrica de Jirau, agora reprogramada para setembro de 2013, está condicionada ao término do enchimento do reservatório, à conclusão da montagem eletromecânica e à realização dos testes de comissionamento.

### 1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 400 MW de potência adicional até 2017. Já no cenário otimista, até 2017, devem entrar em operação 1,1 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação dos 32 MW.

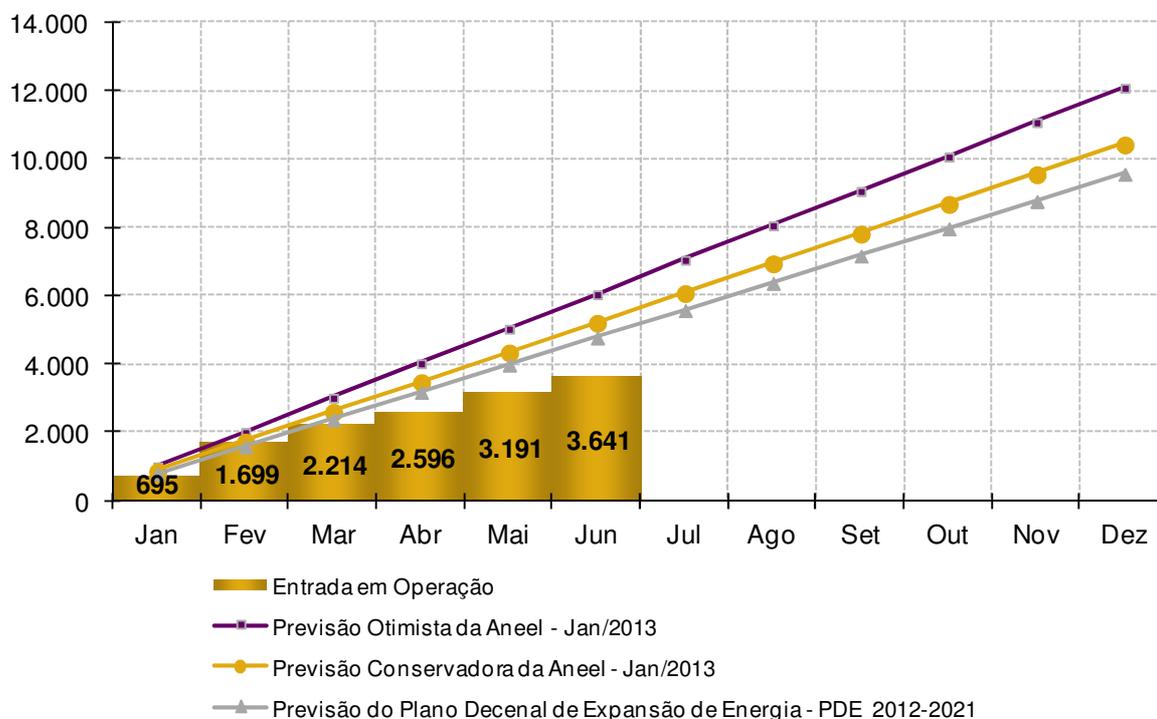
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 478 MW até 2017. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,5 mil MW para o mesmo período. As seis usinas a biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 7,1 mil MW, apenas 44% da potência (3,1 MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2017.

### 1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

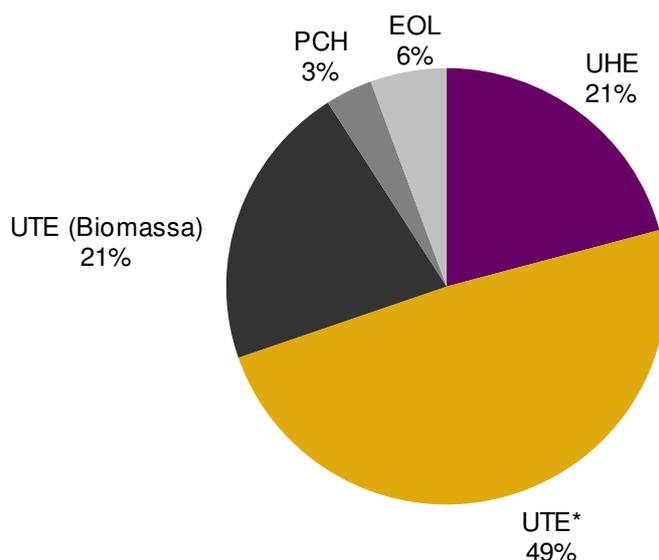
Expansão da Capacidade de Geração em 2013 (MW)  
De 1º de janeiro a 15 de junho de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2013, até 15 de junho, entraram em operação 3,6 mil MW. Desse total, as UTEs representaram 49% da potência total que entrou em operação. As UTEs de Biomassa representaram 21% da potência total instalada, as UHEs representaram 21%, as PCH e as EOL representaram 3% e 6% respectivamente, da capacidade instalada no período.

### Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de junho de 2013



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em junho de 2013, 37.665 GWh, apresentando um valor 3% superior ao observado em junho de 2012 e no acumulado do ano.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 15.326 GWh, valor 1% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, o consumo foi 1% inferior. O consumo industrial de energia elétrica representou 41% do total fornecido a consumidores livres e cativos em junho de 2013.

De acordo com a EPE, o comportamento do consumo industrial de energia elétrica ainda não oferece sinais de recuperação sustentada, embora, pelo terceiro mês consecutivo, houvesse crescimento do consumo total em relação ao mesmo mês do ano anterior. Pela primeira vez desde o 1º trimestre de 2012, houve crescimento do consumo trimestral (sobre igual trimestre do ano anterior), de 1,1%. Contudo, o consumo acumulado no ano e em 12 meses ainda apontam queda de 0,5% e 0,9%, respectivamente. O consumo industrial total segue influenciado pelo comportamento de segmentos eletro-intensivos, notadamente a metalurgia do alumínio.

## Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Junho 2012	Junho 2013	Var. %	Jan-Jun 2012	Jan-Jun 2013	Var. %
Residencial	9.605	10.104	5	58.822	62.363	6
<b>Industrial</b>	<b>15.162</b>	<b>15.326</b>	<b>1</b>	<b>91.339</b>	<b>90.491</b>	<b>-1</b>
Comercial	6.282	6.596	5	39.711	41.817	5
Outras	5.478	5.639	3	33.406	34.535	3
<b>Total</b>	<b>36.527</b>	<b>37.665</b>	<b>3</b>	<b>223.278</b>	<b>229.206</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

## 2. Petróleo

### 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de junho de 2013 foi de 65 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 3% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção de petróleo foi 6% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em junho de 2013 foi de aproximadamente 24,4°, sendo que 9% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 62% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 29% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

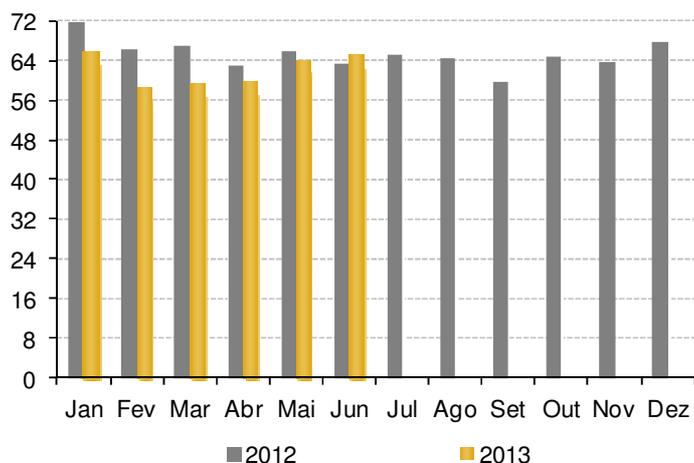
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em junho de 2013, foi de 64 milhões de bep. Esse volume foi 12% superior ao observado em junho de 2012. No acumulado do ano, o processamento foi 10% superior.

De acordo com a ANP, em junho de 2013, cerca de 92% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.

O volume de petróleo exportado pelo País, em junho de 2013, foi de 8,6 milhões de bep, valor 22% inferior ao exportado em junho de 2012. No acumulado do ano, a queda foi de 43%. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os motivos para o recuo das vendas externas do petróleo são queda na produção e aumento do consumo interno do produto.

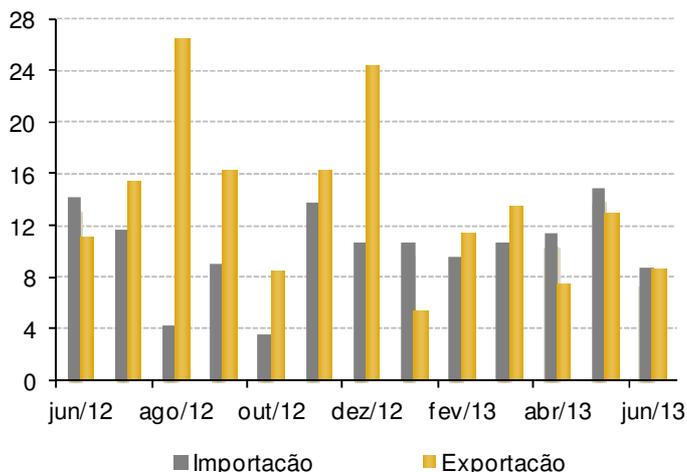
O preço médio do petróleo importado pelo País, em junho de 2013, foi de US\$ 111,66/barril, valor 5,1% inferior ao observado em junho de 2012.

### Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



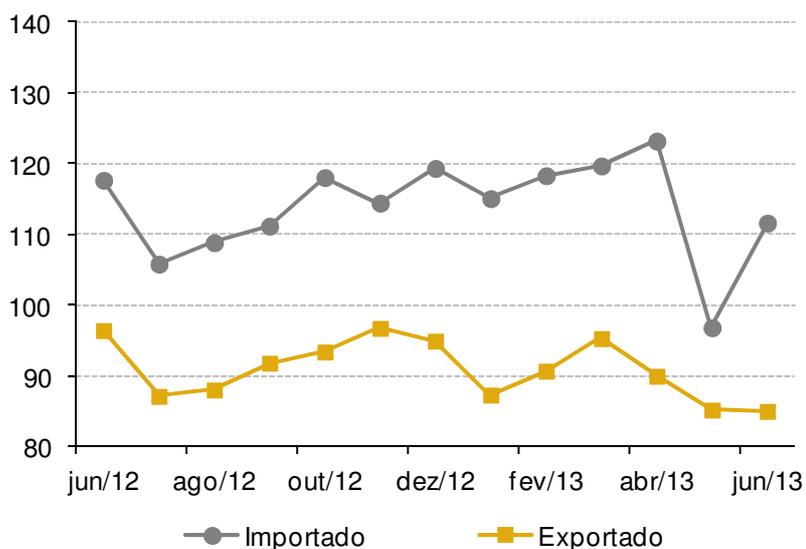
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

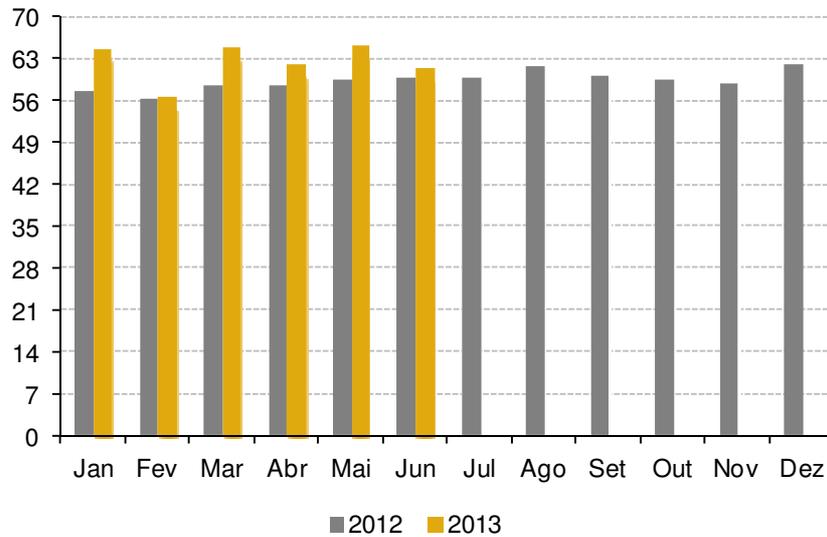


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

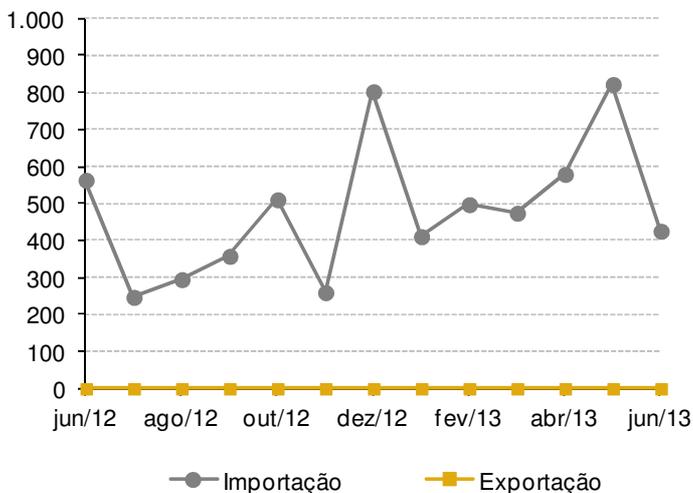
Em junho de 2013, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 61 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m<sup>3</sup>), volume 3% superior ao produzido em junho de 2012. No acumulado do ano, o crescimento foi de 7%.

## Produção de Derivados de Petróleo (milhões bep)



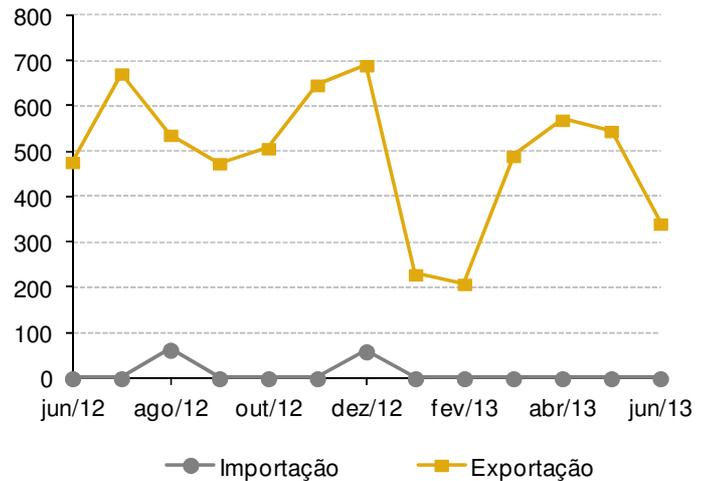
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)

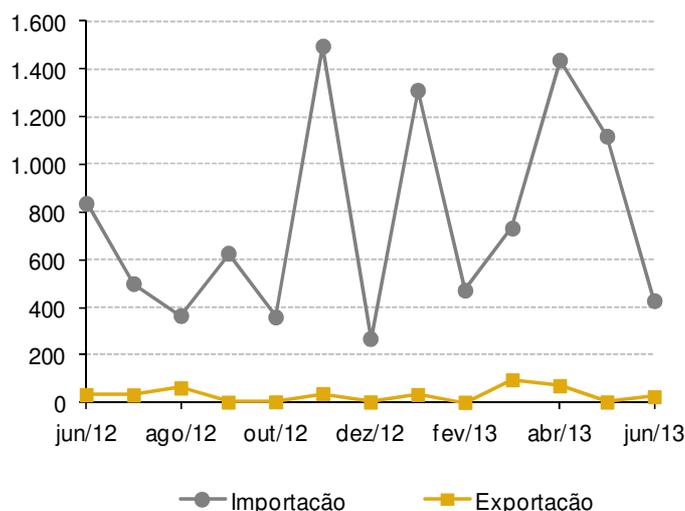


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em junho de 2013, foi de 9 milhões bep, valor 42% inferior ao registrado em junho do ano anterior. No acumulado do ano, a importação de derivados de petróleo apresentou um crescimento de 7,4%.

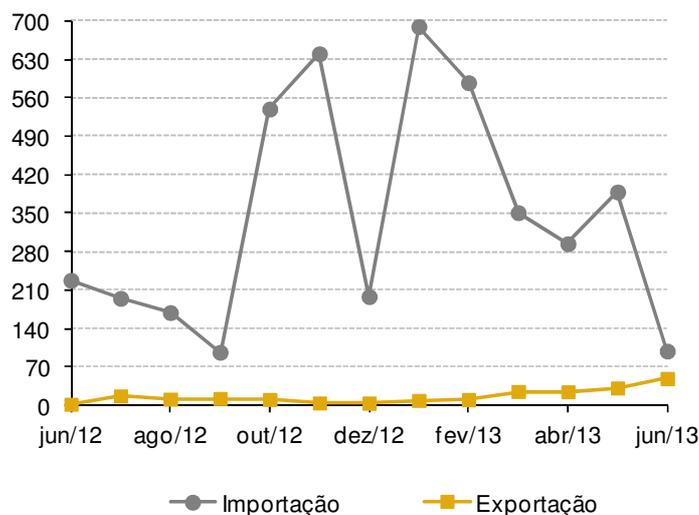
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em junho de 2013, foi constatado um total de 7 milhões bep, o que representa um volume 6% inferior ao mesmo mês de 2012. O volume foi 17% inferior na análise do acumulado do ano.

### Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.3. Dependência Externa (ANP)

Em junho de 2013, o Brasil registrou uma dependência externa de 3% na balança comercial de petróleo e derivados. Em outras palavras, a importação líquida de petróleo e derivados foi de 2 milhões de bep frente a um consumo aparente de 67 milhões de bep. Em junho de 2012, a dependência externa foi de 14%. No acumulado do ano, foi observada uma dependência de 13%. No mesmo período do ano anterior, a dependência foi de -2%.

### Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Junho/2012	jan-jun/2012	Junho/2013	jan-jun/2013
Produção de Petróleo (a)	63	396	65	373
Imp. Líq. de Petróleo (b)	3	-43	0	6
Imp. Líq. de Derivados (c)	8	34	2	49
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	74	387	67	428
Dependência Externa (e)=(d-a)	11	-9	2	56
<b>Dependência Externa (%) (e)/(d)</b>	<b>14</b>	<b>-2</b>	<b>3</b>	<b>13</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em junho de 2013, apresentou saldo negativo de US\$ 477 milhões FOB. Ou seja, o Brasil importou US\$ 477 bilhões FOB a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ 1,6 bilhão FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo negativo de US\$ 8,1 bilhões FOB.

## Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	Junho/2012	jan-jun/2012	Junho/2013	jan-jun/2013
<b>Petróleo</b>				
Receita com exportação (a)	1.065	10.448	728	5.297
Dispêndio com importação (b)	1.664	7.505	971	7.428
Balança Comercial (c)=(a-b)	-599	2.943	-243	-2.131
<b>Derivados</b>				
Receita com exportação (d)	830	5.799	757	4.667
Dispêndio com importação (e)	1.751	10.305	991	10.637
Balança Comercial (f)=(d-e)	-921	-4.506	-234	-5.970
<b>Petróleo e Derivados</b>				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.895	16.246	1.485	9.964
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	3.415	17.810	1.963	18.065
Balança Total (i)=(g)-(h)	-1.520	-1.563	-477	-8.101

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

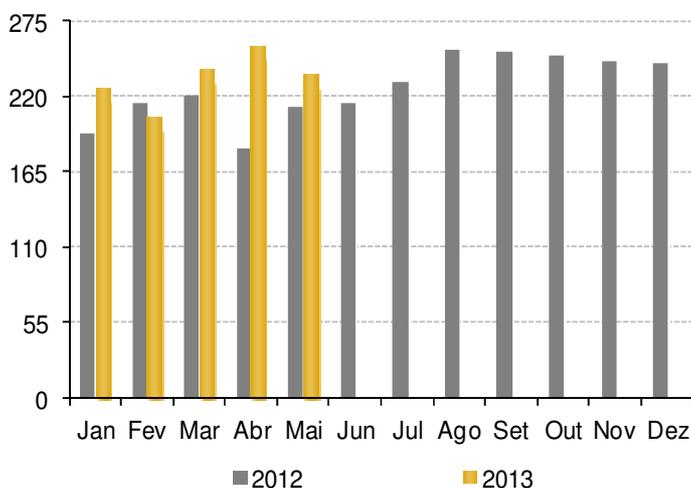
### 3. Biocombustíveis

#### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em maio de 2013, foi de 236 mil m<sup>3</sup>, montante 11% superior ao produzido em maio de 2012. No acumulado do ano, a produção foi 14% superior.

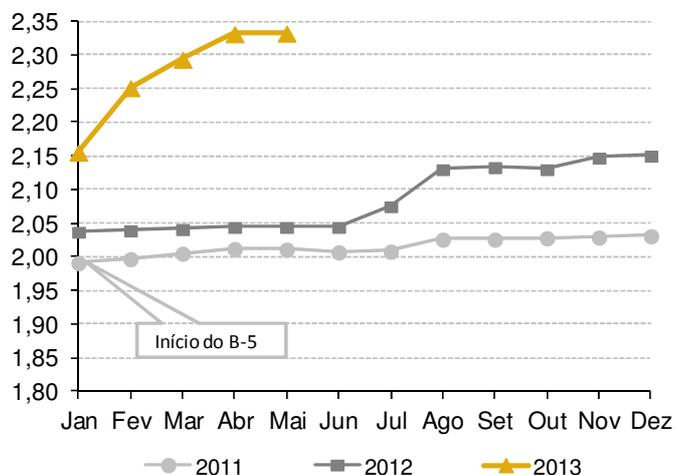
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em maio de 2013, foi de R\$ 2,33/ℓ, valor 14% superior ao observado em maio de 2012.

Produção de Biodiesel  
(mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B5  
(R\$/ℓ)\*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

\* B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

## 3.2. Álcool

### 3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2012/2013 produziu, até o dia 31 de maio de 2013, 23.464 mil m<sup>3</sup> de álcool, sendo 13.769 mil m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (59%). Em relação ao mesmo período da safra 2011/2012, houve uma diminuição de 2% na produção de álcool hidratado no mesmo período.

A produção total de álcool foi 3% superior em relação ao mesmo período da safra anterior, com aumento na produção do álcool anidro.

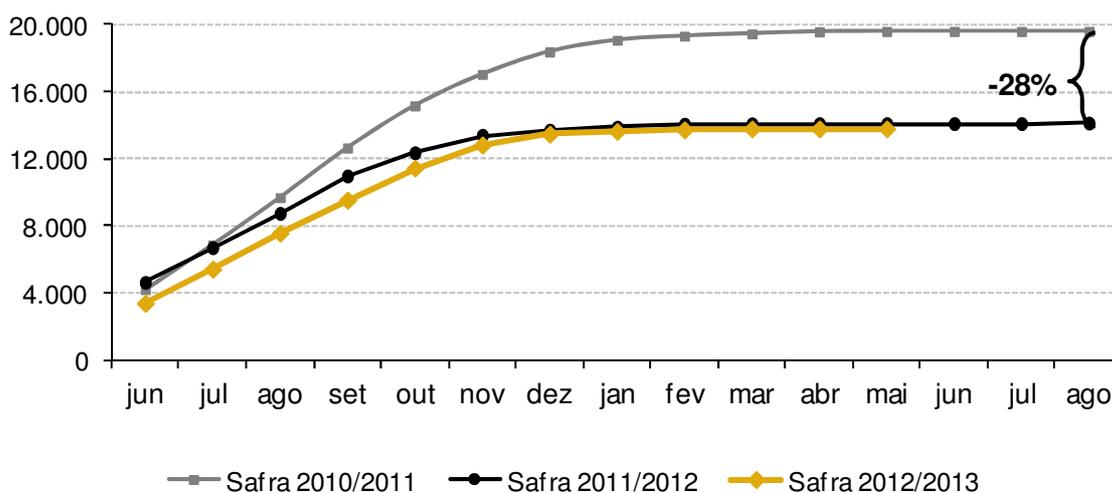
A produção de açúcar apresentou alta. Até 31 de maio de 2013, produziu-se 38.357 mil ton de açúcar, volume 7% superior ao observado no mesmo período da safra 2011/2012.

#### Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2011/2012 (até 31 de maio de 2012)	Safra 2012/2013 (até 31 de maio de 2013)	Varição (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	8.606	9.695	13
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	14.077	13.769	-2
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>22.683</b>	<b>23.464</b>	<b>3</b>
<b>Açúcar (mil ton)</b>	<b>35.964</b>	<b>38.357</b>	<b>7</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

#### Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



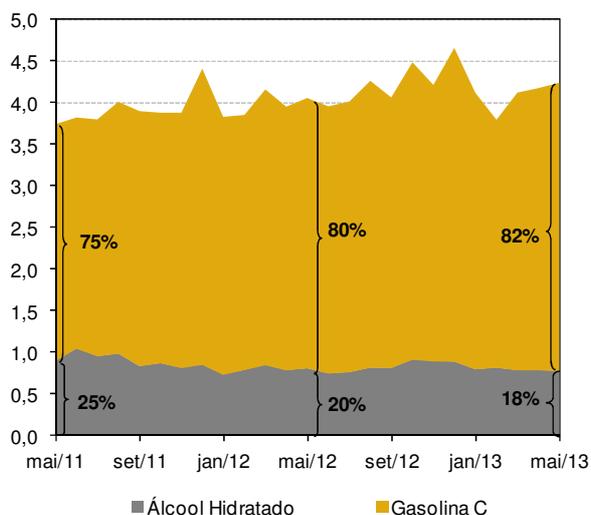
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

### 3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 779 mil m<sup>3</sup> em maio de 2013. Esse número representa uma diminuição de 4,2% em relação ao volume vendido em maio de 2012. No acumulado do ano, as vendas foram similares às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

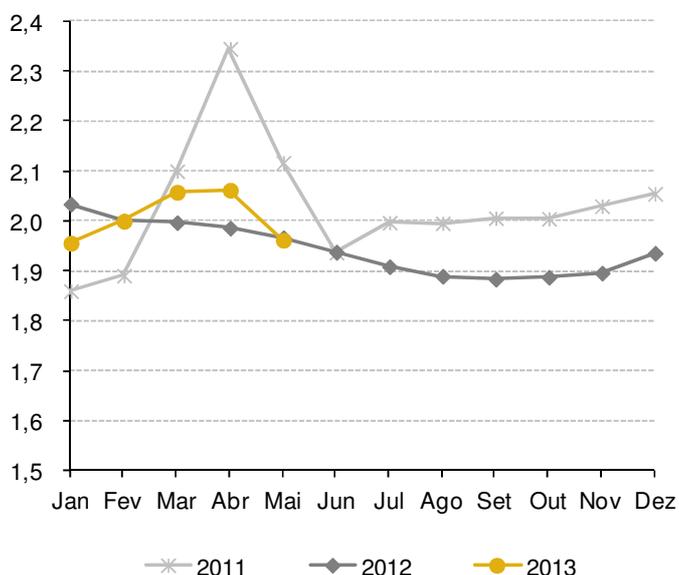
Em maio de 2013, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,96/ℓ, valor 0,3% inferior ao registrado em maio de 2012.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup>  
(milhão m<sup>3</sup>)



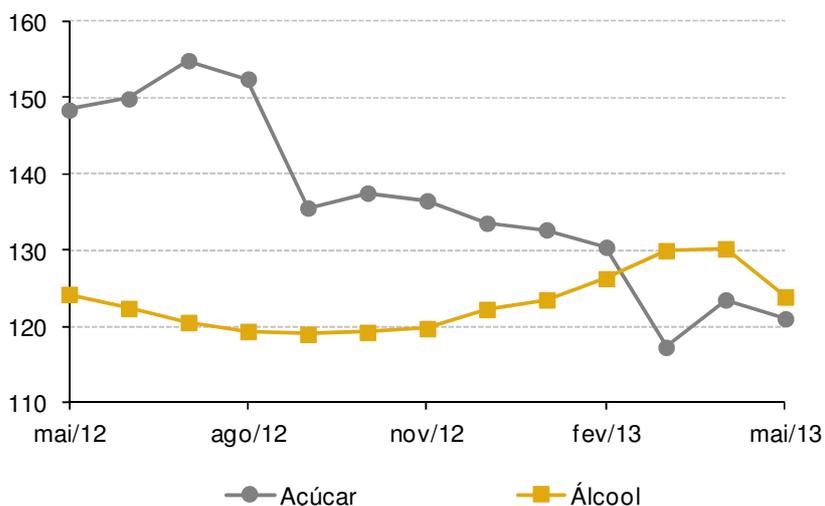
<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado  
(R\$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.  
\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

## 4. Gás Natural

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em maio de 2013, foi de 74.852 mil m<sup>3</sup>, representando um aumento de 9% comparado à média verificada em maio de 2012. No acumulado do ano, a produção de gás natural foi 11% superior.

A importação de gás natural realizada pelo País, em maio de 2013, foi de 54.211 mil m<sup>3</sup>/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 105.722 mil m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 23% superior ao observado em maio de 2012. No acumulado do ano, a oferta total do gás natural foi 33% superior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 31% em maio de 2013. Em maio de 2012, essa proporção havia sido de 35%.

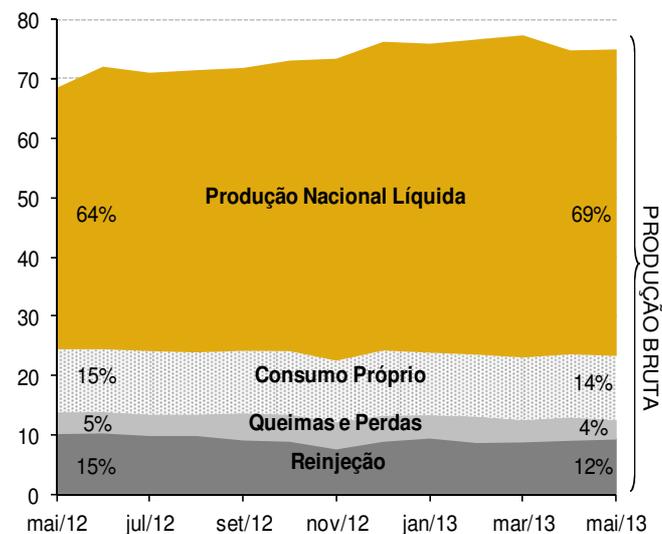
#### Balço do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em Maio/2012	Média do período jan-mai/2012	Média em Maio/2013	Média do período jan-mai/2013
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>68.402</b>	<b>68.116</b>	<b>74.852</b>	<b>75.839</b>
- Reinjeção	10.234	10.319	9.321	9.086
- Queimas e Perdas	3.610	3.759	3.204	3.832
- Consumo Próprio	10.619	10.631	10.817	10.581
<b>= Produção Nac. Líquida</b>	<b>43.938</b>	<b>43.407</b>	<b>51.511</b>	<b>52.339</b>
+ Importação	42.269	33.282	54.211	49.356
<b>= Oferta</b>	<b>86.207</b>	<b>76.689</b>	<b>105.722</b>	<b>101.695</b>

<sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

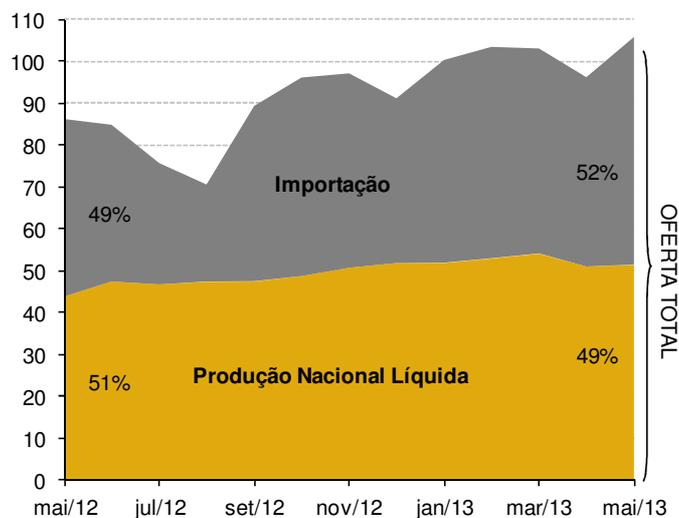
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## Oferta Total de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



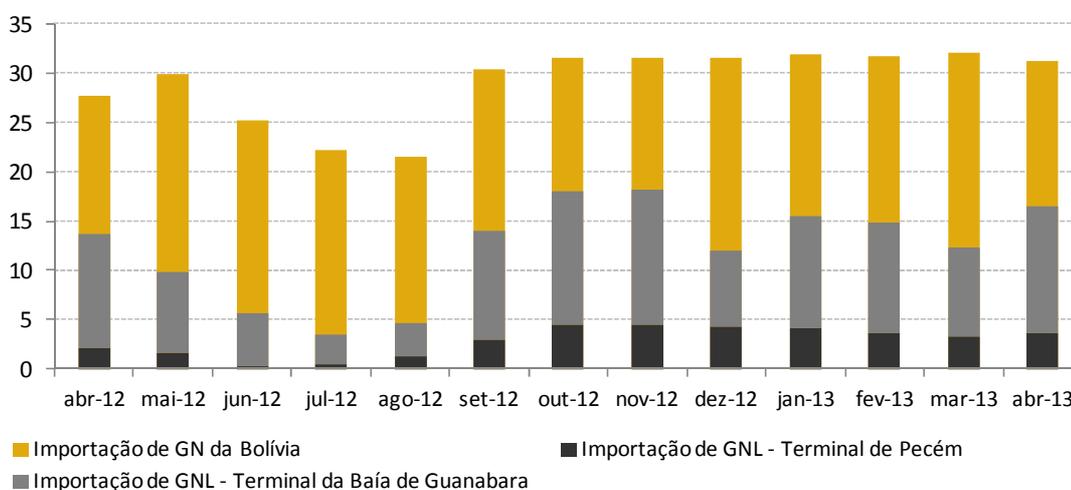
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### 4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em abril de 2013, foi de 31 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 13% superior ao observado no mesmo mês de 2012. No acumulado do ano, a importação média foi de 32 milhões de m<sup>3</sup>/dia, volume 19% superior ao importado no mesmo período de 2012.

Em abril de 2013, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 17 milhões m<sup>3</sup>/dia, montante 21% superior ao observado em abril de 2012. De janeiro a abril de 2013, a importação média de GNL foi de 15 milhões m<sup>3</sup>/dia. No mesmo período de 2012, a importação média havia sido um terço da observada em 2013.

### Importação de Gás Natural (milhões m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

### 4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em junho de 2013 foi, em média, de 72 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 30% superior ao volume médio diário consumido em junho de 2012. No acumulado do ano, o consumo apresentou crescimento de 36%.

O setor industrial, em junho de 2013, consumiu 28,9 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, o que representa um aumento de 2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo industrial apresentou queda de 2%.

A manutenção do despacho das térmicas a gás para assegurar o suprimento de energia elétrica do País ancorou o aumento do consumo de gás natural no período. As térmicas utilizaram, em média, 29,1 milhões de metros cúbicos por dia de janeiro a junho de 2013, volume 134% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

A geração elétrica foi responsável por 41% do volume total de gás consumido em junho de 2013. O setor foi seguido pela indústria responsável por 40% do consumo de gás natural em junho de 2013.

#### Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Variação %	
	Junho/2013	Jan-Jun/2013	Jun-2013/ Jun-2012	Acumulado do Ano
<b>Industrial</b>	<b>28.937</b>	<b>27.881</b>	<b>2</b>	<b>-2</b>
Automotivo	5.051	5.078	-4	-5
Residencial	1.120	910	-2	6
Comercial	762	721	-1	3
Geração Elétrica	29.967	29.142	116	134
Co-geração*	2.717	2.487	-16	-19
Outros	3.893	4.339	24	299
<b>Total</b>	<b>72.446</b>	<b>70.558</b>	<b>30</b>	<b>36</b>

\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

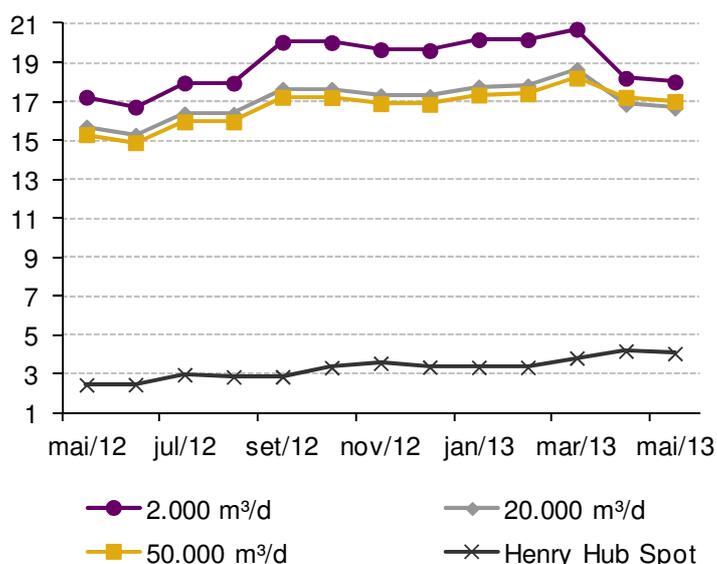
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

### 4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em maio de 2013, foi de US\$ 17,23/MMBTU, valor 7,2% superior ao apresentado em maio de 2012 (US\$ 16,07/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em maio de 2013, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,04/MMBTU, valor 66% superior ao apresentado em maio de 2012 (US\$ 2,43/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

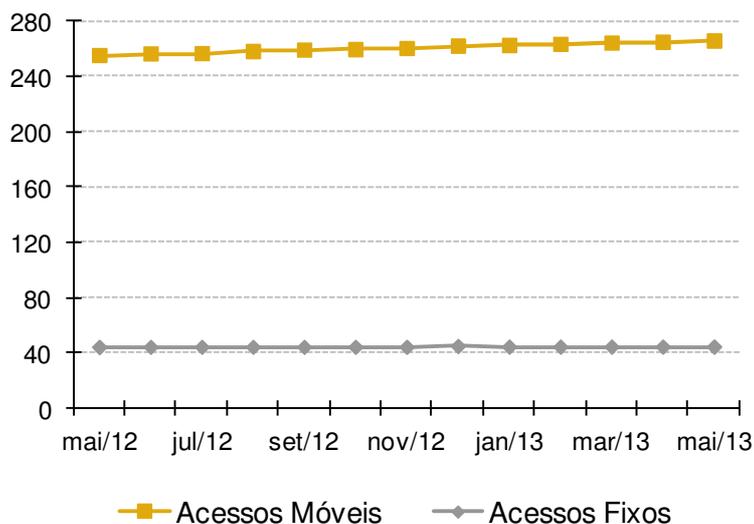
## 5. Telecomunicações

### 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em maio de 2013, o número de acessos móveis em operação foi de 266 milhões, montante 4,2% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos nos últimos 12 meses tem sido de aproximadamente 0,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em maio de 2013, o número de acessos fixos foi de 44,4 milhões, valor próximo ao averiguado em maio de 2012.

## Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



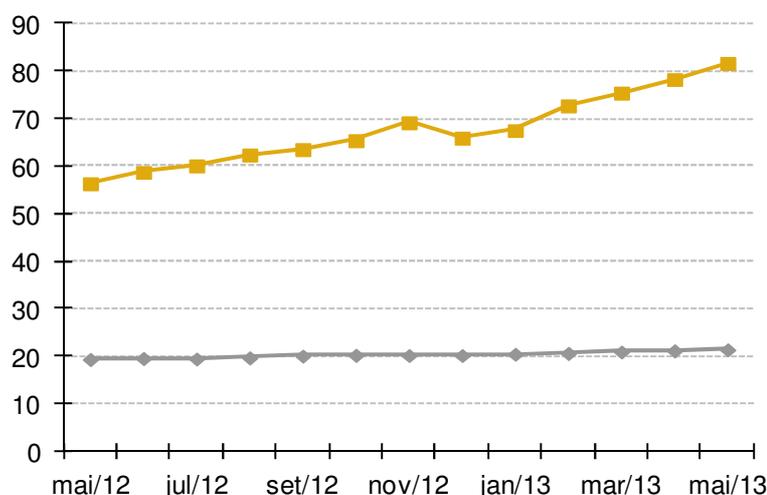
Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

### 5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos de internet móvel ativos comercializados em maio de 2013 foi de 81,7 milhões, montante 45% superior ao observado no mesmo período de 2012. Em relação a abril de 2013, os acessos de internet móvel foram 4% superiores. Uma pequena parcela desse crescimento se deve à entrada dos dados da rede LTE (4G) que passou a operar desde o início de maio.

Os acessos totais de internet fixa vêm crescendo em ritmo superior ao observado nos últimos meses. Houve no mês de maio de 2013, um crescimento de 10% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a abril de 2013, os acessos a internet fixa foram similares.

## Evolução do Total de Acessos ativos de Internet Móvel<sup>1</sup> e Fixa<sup>2</sup> (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANATEL

<sup>1</sup> WCDMA, LTE, M2M e Banda Larga Móvel

<sup>2</sup> Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)

Acessos Fixos

## 6. Transportes

### 6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em maio de 2013, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve um aumento de 9% em relação a maio de 2012, enquanto a movimentação de granel líquido foi 3% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em maio de 2013, foi 2% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Em maio de 2013, os TUPs representaram 60% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 47.265 mil toneladas, volume similar ao de março de 2012. Os portos públicos movimentaram 23.281 mil toneladas em maio de 2013, volume 19% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em maio de 2013 foi de 787,635 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 19% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

## Movimentação Total de Cargas – por natureza\* (mil t)

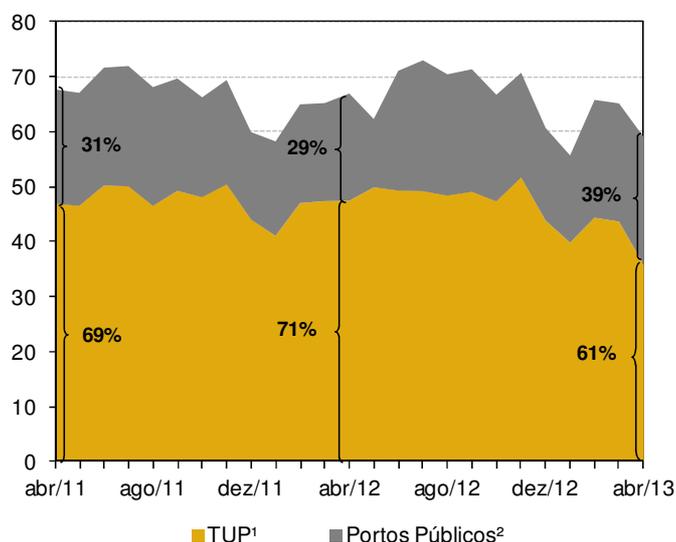
	Período		Varição %
	Mai/2012	Mai/2013	Mai-2013 / Mai-2012
<b>Granel Sólido (a)</b>	<b>45.217</b>	<b>49.468</b>	<b>9%</b>
<i>Portos Públicos</i>	14.937	18.477	24%
<i>TUPs</i>	30.280	30.991	2%
<b>Granel Líquido (b)</b>	<b>18.422</b>	<b>17.841</b>	<b>-3%</b>
<i>Portos Públicos</i>	3.766	3.630	-4%
<i>TUPs</i>	14.656	14.210	-3%
<b>Carga Geral Solta (c)</b>	<b>3.319</b>	<b>3.237</b>	<b>-2%</b>
<i>Portos Públicos</i>	854	1.173	37%
<i>TUPs</i>	2.466	2.064	-16%
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>66.958</b>	<b>70.545</b>	<b>5%</b>
<i>Portos Públicos</i>	19.557	23.281	19%
<i>TUPs</i>	47.401	47.265	0%

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (110 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

## Movimentação Total de Cargas (milhões t)

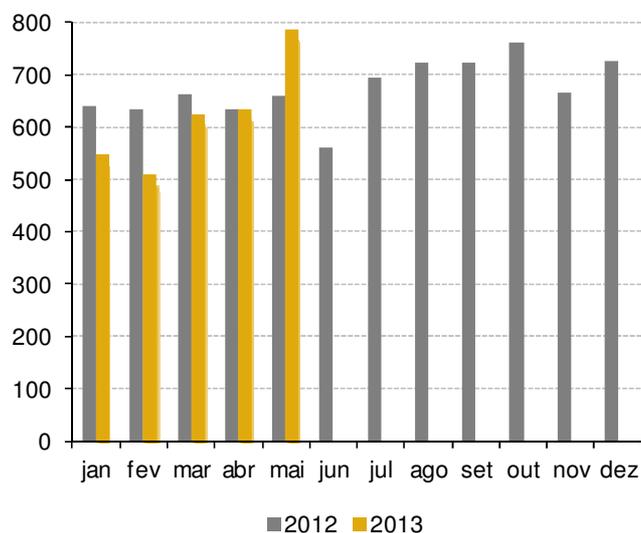


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (110 instalações)

<sup>2</sup> Portos públicos (33 instalações)

## Movimentação Total de Contêineres\* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (110 instalações)

<sup>2</sup> Portos públicos (33 instalações)

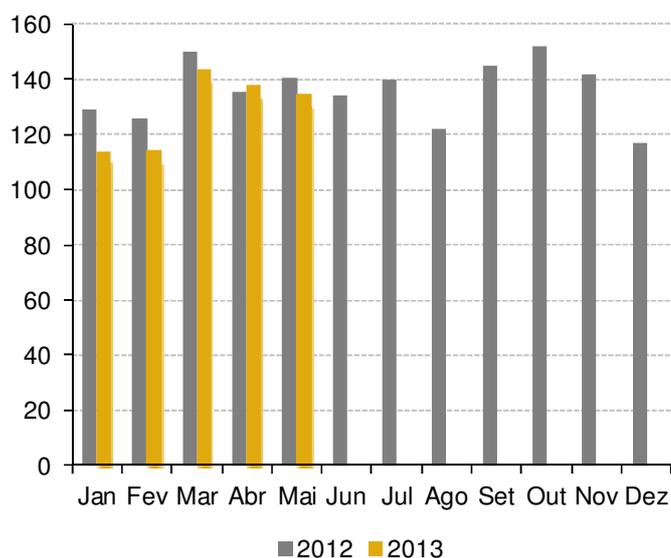
## 6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Devido às concessões dos aeroportos a Infraero reformulou a metodologia de coleta de dados. Seguem as informações referentes a Infraero Cargo junto as informações disponibilizadas pelas concessionárias dos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília.

Em maio de 2013, 15,7 milhões de passageiros transitaram pelos principais aeroportos brasileiros, volume 2% superior ao ocorrido no mesmo mês de 2012.

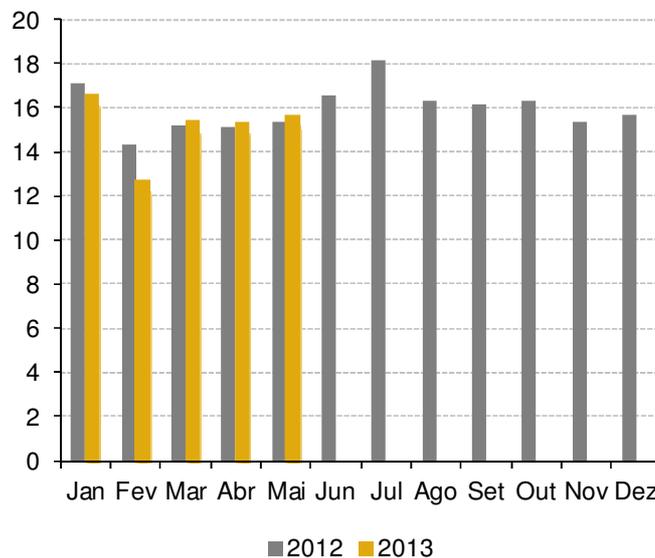
A movimentação de carga aérea total no país, em maio de 2013, foi de 134 mil toneladas, montante 4% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação mensal de Cargas  
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Movimentação mensal de Passageiros  
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

## 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a maio de 2013, foi de 181 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 5% superior ao observado no mesmo intervalo de 2012. Nesse período, a movimentação de produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (123%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado entre janeiro e maio de 2013.

## Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Mai

Ano	2013	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Mai (mil TU)	Jan-Mai (mil TU)	acum-13/ acum-12
Minério de Ferro	140.618	136.978	9
Soja e Farelo de Soja	11.166	13.230	-22
Produção Agrícola (exceto soja)	5.658	2.992	123
Indústria Siderúrgica	5.672	6.912	-18
Carvão/Coque	4.656	4.640	0
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	3.675	4.040	-10
Grãos Minerais	2.815	3.892	-31
Extração Vegetal e Celulose	1.909	1.942	-5
Adubos e Fertilizantes	1.712	2.325	-29
Indústria Cimenteira e Construção Civil	1.368	1.973	-35
Cimento	1.178	1.236	-4
Container	1.122	983.911	15
Carga Geral - Não Containerizada	85	124	-38
<b>Total</b>	<b>181.635</b>	<b>181.268</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

### 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em maio de 2013, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 63 milhões de toneladas, montante 3% superior ao averiguado em maio do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

## Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	mai/2013	jan-mai/2013	mai-2013 / mai-2012	Acumulado do ano
Marítimo	59.254	256.961	3	4
Fluvial	1.453	5.688	14	12
Aéreo	109	580	-7	1
Ferrovário	48	260	-11	3
Rodoviário	990	4.642	0	3
Outros*	900	5.105	11	34
<b>Total</b>	<b>62.754</b>	<b>273.236</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

\*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

## 7. Investimentos Privados em Infraestrutura

### 7.1. Desembolsos do BNDES

Em maio de 2013, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 6,7 bilhões, valor 88% superior ao aportado em maio de 2012.

#### Desembolso mensal BNDES

Setor	Maio/2012 R\$ milhão	Maio/2013 R\$ milhão	Participação %
Refino e Álcool	100	944	14
Energia Elétrica e Gás Natural	1.611	1.729	26
Saneamento	66	198	3
Telecomunicações	5	219	3
Transporte	1.800	3.629	54
<i>Aéreo</i>	<i>1</i>	<i>616</i>	-
<i>Aquaviário</i>	<i>249</i>	<i>126</i>	-
<i>Terrestre</i>	<i>1.550</i>	<i>2.887</i>	-
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>3.581</b>	<b>6.719</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 2,3 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 91,2 bilhões correspondem à alínea “investimentos”, o que representa 4% do orçamento total de 2013.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 15,9 bilhões o que representa 17% da sua dotação total.

Do orçamento de investimentos da União para 2013, foram empenhados R\$ 23,6 bilhões, o que representa 26% da dotação autorizada. Até o dia 31 de julho, foram liquidados R\$ 5,3 bilhões e pagos do orçamento aproximadamente R\$ 5,1 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 24,2 bilhões.

### 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 15,9 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2013, foram empenhados R\$ 6 bilhões (39% da dotação). Até o dia 31 de julho, foram liquidados R\$ 604 milhões e pagos do orçamento R\$ 598 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 5,0 bilhões.

Cerca de 83% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 1,8 bilhões, ou 11%), hidroviário (R\$ 288 milhões) e outros (R\$ 642 milhões).

### 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2013, cerca de R\$ 112 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 4,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 12,8 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 67,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2013.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 31% foram pagos até 31 de julho (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos também correspondem a 28% do total de restos a pagar inscritos.

## 9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2013, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 60,7 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 29% no Ministério das Cidades (R\$ 17,3 bilhões) e 25% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,2 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R\$ 28,5 bilhões (47% do orçamento autorizado) e liquidou R\$ 7,2 bilhões até 31 de julho. O pagamento realizado também foi de R\$ 7,2 bilhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 19 bilhões. Restam R\$ 33 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

## 10. Execução do Orçamento das Estatais (MPOG) (Tabela V)

Em 2013, as empresas estatais e agências de fomento apresentaram dotação autorizada para investimentos no valor de R\$ 111 bilhões. Foram executados, até o terceiro bimestre, investimentos no valor de R\$ 46 bilhões, equivalentes a 42% da dotação autorizada para 2013. Esse valor foi 11% superior ao desembolsado em 2012, no mesmo período.

Em relação às Estatais vinculadas ao Ministério de Minas e Energia, a dotação de investimentos para 2013 foi de R\$ 99,5 bilhões. As despesas totais realizadas foram de cerca de R\$ 44,2 bilhões, o que representa uma execução de 44% do autorizado e 95% do total executado.

Entre as empresas estatais, o Grupo Petrobras concentra 81% da dotação autorizada para as Estatais em 2013 e respondeu por 90% da despesa realizada até o segundo bimestre do ano, num total de R\$ 41,7 bilhões (execução de 47% de sua dotação).

# ANEXOS

## Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2013\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.606	62	4	6	0	5	0	109	115	645
MAPA	1.367	43	3	4	0	2	0	380	382	737
MCTI	1.605	254	16	125	8	94	6	352	446	754
MDIC	233	56	24	7	3	7	3	30	37	49
MME	215	17	8	7	3	7	3	39	46	18
<b>M. Transportes</b>	<b>15.883</b>	<b>6.258</b>	<b>39</b>	<b>604</b>	<b>4</b>	<b>598</b>	<b>4</b>	<b>3.911</b>	<b>4.510</b>	<b>8.680</b>
M. Comunicações	195	16	8	0	0	0	0	41	41	86
MMA	193	80	41	1	1	1	1	45	46	43
MDA	4.357	588	13	39	1	1	0	587	589	1.356
M. Defesa	9.821	5.832	59	2.129	22	2.084	21	2.749	4.833	4.339
M. Int. Nacional	7.914	3.439	43	1.081	14	1.061	13	1.771	2.832	4.069
M. das Cidades	9.561	961	10	150	2	150	2	1.875	2.025	10.542
Outros**	38.272	6.035	16	1.109	3	1.077	3	7.951	9.028	19.150
<b>Total</b>	<b>91.223</b>	<b>23.642</b>	<b>26</b>	<b>5.264</b>	<b>6</b>	<b>5.088</b>	<b>6</b>	<b>19.841</b>	<b>24.929</b>	<b>50.469</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

## Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2013 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2013\*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	1.830	687	38	71	4	71	4	809	880	1.178
Hidroviário	288	0	0	0	0	0	0	10	10	264
Rodoviário	13.123	5.368	41	505	4	499	4	3.410	3.909	6.855
Outros	642	203	32	28	4	28	4	211	238	383
<b>Total</b>	<b>15.883</b>	<b>6.258</b>	<b>39</b>	<b>604</b>	<b>4</b>	<b>598</b>	<b>4</b>	<b>4.439</b>	<b>5.037</b>	<b>8.680</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2013

### Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2013\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	112	-3	38	71
União	4.695	-436	1.069	3.190

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

### Restos a Pagar Não-Processados

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2013\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	12.765	-281	3.874	8.609
União	67.277	-1.017	15.190	51.070

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2013 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 31/07/2013\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.836	1.088	38	0	0	0	0	912	912	416
M. Planejamento	2	1	27	0	14	0	14	0	0	0
MCTI	88	6	7	1	1	1	1	15	16	80
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	160	160	0
MEC	5.270	357	7	124	2	122	2	1.151	1.273	2.094
M. Minas e Energia	376	155	41	30	8	29	8	115	144	107
M. Saúde	2.864	636	22	50	2	49	2	597	646	2.823
M. Transportes	15.159	6.404	42	600	4	591	4	3.976	<b>4.567</b>	8.512
M. Cultura	831	324	39	49	6	49	6	100	149	188
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	4	4	3
MDA	3.459	522	15	0	0	0	0	420	420	840
M. Defesa	4.207	4.047	96	1.615	38	1.604	38	1.229	2.833	2.740
M. Integr. Nacional	5.713	3.106	54	1.041	18	1.026	18	1.480	2.505	2.232
M. Turismo	697	697	100	0	0	0	0	0	0	0
M. Desenv. Social	823	0	0	0	0	0	0	287	287	17
M. Cidades	17.321	10.581	61	2.874	17	2.874	17	8.696	11.570	12.984
<b>Total</b>	<b>60.720</b>	<b>28.540</b>	<b>47</b>	<b>7.245</b>	<b>12</b>	<b>7.168</b>	<b>12</b>	<b>19.160</b>	<b>26.328</b>	<b>33.041</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela V - Orçamento de Investimentos – 2013  
Estatais e Agências de Fomento

			R\$ milhão		
Por órgão: Ministérios	Dotação	Despesa realizada Até 3º bím.	Por Subfunção	Dotação	Despesa realizada Até 3º bím.
Minas e Energia	99.544	44.253	Produção Industrial	3.285	1.034
Comunicações	1.400	195	Energia Elétrica	10.749	2.755
Transportes <sup>1</sup>	0	0	Combustíveis Minerais	76.965	37.685
Defesa	8	2	Transporte Aéreo	1.462	434
Outros	9.876	2.058	Transporte Hidroviário	2.547	579
<b>Total</b>	<b>110.829</b>	<b>46.507</b>	Transportes Especiais	4.630	1.493

<sup>1</sup>Refere-se, apenas, à Cia Docas do Maranhão - CODOMAR

Por Função	Dotação	Despesa realizada Até 3º bím.	Por Unidade	Dotação	Despesa realizada Até 3º bím.
Indústria	2.575	868	Grupo Eletrobrás	10.241	2.568
Comunicações	1.371	193	Grupo Petrobras	89.303	41.685
Energia	96.833	43.418	Cias DOCAS <sup>2</sup>	1.484	160
Transporte	3.493	645	Infraero <sup>2</sup>	1.564	480

Fonte: Portaria n.º 196/2013 do MPOG.

<sup>2</sup>Despesas alocadas na Secretaria de Portos

Documento elaborado com dados disponíveis até 07 de agosto de 2013.